

**Fundão****Aviso de Licitação****AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2024  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005291/2024**

**O MUNICÍPIO DE FUNDÃO/ES** torna público que realizará Licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, tipo Menor Preço por item, regida pela Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 183/2023 e demais legislações aplicáveis, **no dia 26/11/2024, às 09h00min**, visando Registro de Preço para futura aquisição de colchão de solteiro em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação, Assistência e Defesa Social de Fundão/ES, conforme especificações, descrições e quantitativos estabelecidos neste Edital e seus anexos.. O edital está disponível no site da Prefeitura Municipal de Fundão/ES ([www.fundao.es.gov.br](http://www.fundao.es.gov.br)), na plataforma BLL (<http://bll.org.br>), e no Portal de Contratações Públicas (PNCP).  
ID CIDADES: 2024.026E0600005.02.0004

Fundão/ES, 08 de novembro de 2024.

BRUNELLA NUNES PEREIRA MARTINS  
Pregoeira - Agente de Contratação

**Protocolo 1431039**

**Revogação de Licitação****ATO DE REVOGAÇÃO**

**Referência:** Constitui objeto deste Termo de Referência, o credenciamento de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento e gerenciamento de Vale-Alimentação, por meio de Cartão Eletrônico/Magnético com chip de segurança e senha individual, para recarga mensal, destinado à aquisição de gêneros alimentícios para os servidores desta municipalidade alocados nas unidades gestoras e no Fundo Municipal de Saúde, em rede de estabelecimentos credenciados, na forma definida pela legislação vigente, bem como em parecer consulta 0009/2023-1 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo expedido em 25 de abril de 2023.

A Prefeitura Municipal de Fundão, através de suas unidades gestoras, no uso de suas atribuições legais e das prerrogativas que lhe são conferidas pelo art. 71, §2º e 3º da Lei nº 14.133/2021, ainda, com base nas disposições contidas na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal tem o seguinte enunciado:

“A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”

Decide REVOGAR o procedimento auxiliar de licitação, credenciamento, pela seguinte motivação:

1º - CONSIDERANDO que o ato administrativo de

revogação é resultante do poder discricionário no qual permite a Administração rever suas atividades para que se destinem ao seu fim específico;

2º - CONSIDERANDO que o interesse público nada mais é do que o interesse da coletividade e que cada ato da Administração Pública deve ter por escopo a satisfação e o interesse de todos os cidadãos;

3º - CONSIDERANDO que o procedimento auxiliar de licitação, o credenciamento, previsto na nova lei de licitações foi adotado em virtude do que vinculava o parecer consulta 0009/2023-1 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo expedido em 25 de abril de 2023;

4º - CONSIDERANDO que no ano de 2024 o inteiro teor do parecer foi revisto, de modo que houve a admissão da modalidade pregão como tipo adequado para a contratação pública em voga;

5º - CONSIDERANDO que as modalidades de licitação na forma eletrônica preservam o princípio da competitividade e ampliam o escopo de disputa de modo mais adequado conforme descrição do objeto em epígrafe;

6º - CONSIDERANDO que o Procurador Geral sinalizou que o ato devido seria a revogação do procedimento ora instaurado e finalizado, ao se ter em vista a manifestação recente do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;

7º - CONSIDERANDO a necessidade de amplo conhecimento e participação por parte de licitantes de modo que seja viabilizada a competitividade, a fim de apuração do melhor valor, necessário revogar o presente edital, para fins de adequação da modalidade.

A revogação do procedimento auxiliar de licitação em epígrafe, pelo motivo exposto não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no 71, §2º e 3º c/c art. 165, I, alínea “d” da Lei 14.133/21.

Fundão/ES, 01 de novembro de 2024.

Jeanny Scaquetti de Carli

Secretária Municipal de Administração

Ricardo Madeira Corteletti

Secretário Municipal de Governo

Bianca Braga

Secretário Municipal de Comunicação

Flávio Alberto Xavier

Secretário municipal de Esportes, Lazer e Juventude

Fábio Samora

Secretário Municipal de Cultura e Turismo

Dhébora Nunes Barbosa Zuccolotto

Secretário Municipal de Educação

Eva do Carmo Bernabe da Silva

Secretário Municipal de Saúde

Rafael Palauro

Secretário Municipal de Agricultura e Transporte

Andressa Silva Correa Rodrigues

Secretário Municipal de Obras e Desenvolvimento

Urbano

Jefferson Gomes Oliveira

Secretário Municipal de Meio Ambiente

Celso Cláudio Roberto

Secretário Municipal de Finanças e Planejamento

Aucelonia Maxima Da Silva Borges

Secretário Municipal de Trabalho, Habitação e

Assistência Social

Gelson Antônio do Nascimento

Procuradoria Geral

Marcelo de Freitas

Controladoria Geral

**Protocolo 1431423**